

EUROPA



Editorial PRESIDÊNCIA CHECA

Edite Estrela *

O novo ano trouxe uma nova presidência do Conselho Europeu. Enquanto não entrar em vigor o Tratado de Lisboa (TL), continuaremos com as presidências rotativas. Agora, é a vez da República Checa. Comparado com o frenético Sarkozy - que levou a França a "redescobrir" a Europa e que teve um desempenho globalmente positivo - o ritmo checo parece paquidérmico. Aliás, a Presidência Checa começou mal e ainda não conseguiu acertar o passo nem encontrar o registo próprio.

É certo que o contexto internacional lhe é desfavorável e que este é um ano atípico. Com eleições europeias no início de Junho, o mandato fica praticamente reduzido a cinco meses, com campanha à mistura, o que gera sempre alguma instabilidade. A crise financeira e económica mundial não ajuda, mas há também os factores internos que desajudam ainda mais. Com um Presidente da República, Vaclav Klaus, que apregoa o seu euroceptismo por palavras (autoproclama-se "dissidente europeu") e obras (recusou-se a hastear a bandeira da União Europeia), não será fácil granjear o respeito dos europeus. O Primeiro-ministro, Mirek Topolánek, também não é propriamente um convicto europeu, para além de muito conservador, como ficou provado na apresentação do programa da Presidência aos deputados na última sessão do Parlamento Europeu (PE) em Estrasburgo. Ideias conservadoras e postura arrogante podem ser uma mistura explosiva, especialmente neste contexto. Alguns deputados reagiram, confrontando-o com as suas incoerências e fragilidades. Também eu tive a oportunidade de o interpelar sobre a data de ratificação do Tratado de Lisboa, uma vez que se havia comprometido a fazê-lo até ao final de 2008. Faltou à palavra dada, desrespeitou o PE, que há muito o aprovou por esmagadora maioria, e os Parlamentos Nacionais dos 25 Estados-Membros (EM) que já o ratificaram.

A Presidência Checa começou mal politicamente, com as desastrosas declarações sobre a invasão israelita de Gaza e sobre o diferendo entre a Rússia e a Ucrânia por causa do gás. Mas também começou mal artisticamente. É da tradição que cada Presidência presenteie Bruxelas com uma obra de arte. Desta feita, foi escolhido o artista checo David Cerny, que fez todo o tipo de tropelias. Enganou os checos, porque não respeitou o caderno de encargos da encomenda e inventou artistas de cada um dos restantes Estados-Membros, atribuindo-lhes a autoria conjunta da controversa escultura Entropa. Recebeu os milhões, muitos, sem ter de os repartir com ninguém e, depois de desmascarado, continua com razões para se rir. Mesmo que devolva parte do dinheiro, não vai ficar nada mal. Aliás, quanto mais falarem dele, mesmo dizendo mal, mais ele ganha. Quanto é que não custaria uma campanha publicitária à escala europeia que o tirasse do anonimato e lhe desse a notoriedade de que goza hoje? E com tanta polémica em torno da instalação (que pretende retratar os aspectos mais negativos de cada país), não terá certamente dificuldade em a revender a um qualquer milionário maluco.

Apesar de tudo, desejo que a Presidência Checa seja bem-sucedida. Para bem da Europa.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

MOÇÃO DE JOSÉ SÓCRATES REAFIRMA DEFESA DE UMA EUROPA FORTE E SOLIDÁRIA

A defesa de uma Europa mais forte, capaz de relançar as economias, desempenhar um papel decisivo na construção de uma nova ordem financeira global e que coloque as pessoas no centro das suas preocupações através de uma nova Europa Social mais justa e solidária, são alguns dos aspectos da moção política de orientação nacional, apresentada no passado dia 18 de Janeiro, em Lisboa, pelo Secretário-Geral do PS, José Sócrates.

Sublinhando o europeísmo natural dos socialistas portugueses, a moção que José Sócrates levará ao XVI Congresso, que se realiza em Espinho, tem um capítulo exclusivamente dedicado às linhas de actuação dos socialistas portugueses no âmbito da União Europeia, tanto a nível das instituições comunitárias como do Partido dos Socialistas Europeus.

A moção afirma claramente que o ideal europeu não apenas sempre fez parte da nossa identidade, como constitui uma fronteira de demarcação face às forças políticas que se encontram à esquerda do PS, sejam os comunistas ou a extrema-esquerda.

"Também aqui esses partidos de protesto preferiram sempre ficar à margem e nunca quiseram verdadeiramente contribuir para a construção do projecto europeu, com tudo o que ele representa como projecto de paz, de prosperidade, de qualidade



As questões europeias ocupam uma parte importante da moção de José Sócrates

de vida e de igualdade de oportunidades para Portugal e para os povos da Europa", afirma a moção.

Tendo este pressuposto como pano de fundo e que marca bem as diferenças entre o PS e os restantes partidos, os socialistas apelam claramente ao voto daqueles que estão seriamente empenhados no fortalecimento do ideal europeu. "Os portugueses devem votar nas próximas eleições europeias com perfeita consciência de quem é que na esquerda está seriamente empenhado na Europa para fazer avançar o projecto europeu e quem é que na esquerda está apenas emboscado na Europa, para sistematicamente combater qualquer avanço, mínimo que seja, do projecto

europeu", afirma a moção.

Outro dos aspectos centrais na moção é o da entrada em vigor do Tratado de Lisboa tão rapidamente quanto possível, para que a União Europeia tenha um instrumento que lhe permita resolver os problemas institucionais e

políticos que se colocam à sua governação e presença no mundo.

"Os portugueses sabem que o Partido Socialista é, verdadeiramente, o partido da Europa, o partido do grande projecto europeu. Foi com Mário Soares que Portugal pediu e concretizou a adesão à União Europeia. Foi com António Guterres que Portugal conseguiu a adesão ao euro e a Europa ganhou a Estratégia de Lisboa. Foi com José Sócrates e com o reconhecido sucesso da última Presidência Portuguesa que o Tratado de Lisboa se tornou o novo alicerce de toda a construção europeia", afirma a moção política de orientação nacional de José Sócrates, intitulada "PS: A Força da Mudança".

GOVERNO CHECO GARANTE QUE VAI APOIAR RATIFICAÇÃO DO TRATADO DE LISBOA

O Primeiro-Ministro da República Checa garantiu, durante a apresentação do seu programa da presidência da União Europeia, que irá apoiar a ratificação do Tratado de Lisboa. No entanto, não se livrou do ataque cerrado de alguns deputados pelas dificuldades que a República Checa tem levantado à ratificação do Tratado. Actualmente, a República Checa é um dos únicos dois Estados-membros da União Europeia que ainda não ratificaram o Tratado, sobretudo devido à pressão exercida pelo Presidente da República Vaclav Klaus, que tem assumido um eurocepticismo ostensivo.

Sobre o Tratado de Lisboa, o Primeiro-ministro Mirek Topolánek considerou que, se tivessem realizado no seu país um referendo, "talvez não tivesse vingado", tal como aconteceu na Irlanda. Mas, considerando que este Tratado é melhor

que o de Nice, garantiu que irá apoiar a sua ratificação.

Ao intervir, a deputada Edite Estrela, também presidente da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu sublinhou que há sinais encorajadores sobre o sentido de voto dos irlandeses que, segundo as sondagens actuais, já representam uma maioria favorável à adopção do Tratado, e que é preciso também determinação por parte da República Checa.

Porém, a deputada não poupou na dureza com que se referiu à atitude que a República Checa tem tido perante o Tratado de Lisboa, acusando-a de quebra de compromisso. "Uma das regras da democracia é o cumprimento dos compromissos. O senhor tinha-se comprometido a ratificar o Tratado de Lisboa até ao fim de 2008. Não o fez e fez mal. Por isso pergunto: quando

é que a República Checa vai ratificar o Tratado de Lisboa?"

No mesmo tom duro, a deputada criticou aquilo a que chamou a "arrogância" do Governo checo, por parecer esquecer que agora está a representar toda a União Europeia e não apenas o seu interesse particular.

"O senhor também falou em autoconfiança. A mim pareceu-me arrogância. O Governo checo, incluindo o seu Presidente, tem todo o direito a dizer e fazer o que quiser, mas não pode esquecer que pertence à União Europeia e que agora fala em nome dos cerca de 500 milhões de cidadãos e dos 27 Estados-membros", afirmou.

O lema da actual Presidência Checa da União Europeia é "Europa sem barreiras" e o seu programa tem três orientações fundamentais: Economia, Energia e Europa no mundo.

Visto de Portugal

FAÇAMOS O QUE NINGUÉM FARÁ POR NÓS



António Galamba
Deputado na AR

Agora que os Estados Unidos da América viraram a página da Administração Bush numa pujante, participada e histórica tomada de posse, plena de sentimento e de simbolismo, aproximamo-nos do momento em que a Europa deverá arrumar a sua casa, com a eleição de um novo Parlamento Europeu, com a tentativa de resolver de vez o impasse institucional e com um novo impulso nas relações transatlânticas. Um impulso desejado pelos europeus, alimentado pela esperança suscitada pela eleição de Barack Obama, que se agiganta em cada discurso do novo Presidente Americano, mas que exige um novo sentido de responsabilidade, de partilha do projecto europeu, de integração e coesão dos Estados-membros numa linha de rumo comum.

É certo que este não será o melhor momento para ter na Presidência do Conselho da União Europeia um Governo eurocético como o da República Checa, mas, como diria alguém, é a vida. Num quadro de graves tensões internacionais, da crise do gás russo ao Médio Oriente, de uma profundíssima crise económico-financeira global, de grandes ameaças e oportunidades e de um preocupante marinar das instituições europeias presas nas malhas da não entrada em vigor do Tratado de Lisboa, impõe-se que a Presidência Checa seja exercida sem reservas mentais, afirmando o projecto europeu e criando as condições para que a Europa arrume a sua casa e surja como uma entidade com um consenso de intervenção no panorama global.

Por isso, não será aceitável a perda de um semestre fundamental para responder aos problemas criados pela crise e para encontrar, finalmente, uma linha de rumo institucional para o projecto europeu que nos permita estar à altura da nossa história e dos desafios estimulantes colocados pela Administração de Barack Obama. Assim consiga a Presidência Checa resolver o impasse do Tratado de Lisboa, ainda que esteja com a cabeça no Tratado de Nice. Assim o novo Presidente dos Estados Unidos consiga também superar as reservas de muitos sectores da sociedade americana sobre as suas propostas ambientais e energéticas ou a sua visão da relação com os países democráticos para responder aos problemas da segurança e da fome.

Este é um momento de superação, de colocarmos o que melhor sabemos e fazemos ao serviço de uma visão realista, construtiva e positiva da nossa sociedade, da Europa, da nossa relação com os Estados Unidos e com o Mundo. Esse é o desafio das próximas eleições europeias: que os militantes de esquerda, da família europeia socialista e social-democrata, consigam que o debate eleitoral não seja apenas composto de "ajustes de contas" retóricos sustentados em factores nacionais, eivados de negativismo, de populismo e de irresponsabilidade. Há, aliás, uma manifesta deriva de irresponsabilidade aguda que afecta o maior partido de oposição, patente nas posições que adopta em temas como a construção das linhas de alta velocidade ou da política fiscal, em total divergência com a sua prática como partido de governo. Sabemos do passado e do presente que, à esquerda e à direita, há quem impute à construção europeia todos os males da nossa terra, quem queira que o projecto europeu pague todas as facturas dos nossos atrasos estruturais, das nossas incapacidades para sermos diferentes e fazer diferente, daquilo que queremos que outros façam sempre por nós. Mas é justamente esse comportamento que estará em causa nos próximos tempos. Para sairmos da crise global, para superarmos os impasses em torno do Tratado de Lisboa, para fazermos da União Europeia um projecto mais afirmativo, não podemos ficar siderados a olhar para a Presidência de Barack Obama. Por muito que custe aos europeus, Barack Obama é o Presidente dos Estados Unidos da América, não foi eleito para fazer o que os europeus têm que fazer pelos seus próprios meios.

PLANO CONTRA A CRISE DEVE TER IMPACTOS NA ECONOMIA REAL

A deputada Elisa Ferreira entregou aos membros do Parlamento Europeu o seu parecer sobre o pacote europeu de recuperação económica apresentado pela Comissão Europeia, no qual defende que o conjunto de medidas que dele fazem parte se possam traduzir em acções com impactos significativos e sustentáveis na economia real.

A deputada considera fundamental que o plano de recuperação económica seja mais do que uma mera soma de esforços individuais dos Estados-membros. Segundo afirma, é necessário que haja uma verdadeira dimensão europeia, em que os princípios de coesão social e regional garantidos no Tratado sejam assegurados. "Proteger os cidadãos e as regiões mais frágeis da Europa deve ser uma prioridade clara - afirma -, sendo para tal "prioritário garantir a constituição de um verdadeiro Pacto Europeu para o Emprego e assegurar a antecipação da utilização dos fundos de coesão social, tal como propõe a Comissão".

"Devemos fazer do emprego a prioridade e admitir que a gravidade da crise pode obrigar-nos a rever no futuro próximo os meios que alocamos ao serviço deste objectivo", afirmou. A deputada sublinha particularmente a



Elisa Ferreira é autora de um parecer sobre o pacote de recuperação económica da Comissão Europeia

necessidade do plano de recuperação ser implementado com toda a urgência, sobretudo tendo em conta que a Europa "atravessa actualmente a primeira recessão desde a adopção do euro". Por isso mesmo, considera que União Europeia deve ter um papel reforçado, já que "as capacidades de intervenção

dos Estados-membros são muito díspares".

A deputada apela ao lançamento de novas iniciativas horizontais, devidamente enquadradas nos objectivos da Estratégia de Lisboa, no campo da educação e desenvolvimento, no acesso ao capital de risco e ao crédito/micro crédito, e em projectos relacionados com a eficiência energética e as tecnologias verdes. Com a preocupação de salvaguardar os cidadãos, as regiões e os sectores de actividade económica mais afectados pela crise.

Segundo afirma, é necessário que a Comissão Europeia faça chegar aos Estados-membros linhas de orientação claras no que diz respeito à utilização da "flexibilidade" relativa ao Pacto de Crescimento e Estabilidade, de forma a que "maior despesa pública, hoje, garanta um crescimento económico mais acelerado e, por essa via, a consolidação das finanças públicas a médio prazo". O parecer será aprovado nas próximas semanas, tendo em vista o Conselho Europeu de Março.

BAIXO PREÇO DOS LACTICÍNIOS PREOCUPA COMISSÃO

"Era impensável que há seis meses os lacticínios pudessem atingir um preço tão baixo", afirmou a comissária responsável pela Agricultura, Mariann Fisher Böel, em resposta a uma pergunta feita pelo deputado Paulo Casaca. A comissária, que disse estar muito preocupada com a actual situação dos lacticínios no mercado mundial, referiu que, por esse motivo, foi antecipada para este mês a abertura da intervenção para o leite em pó e para a manteiga e prometeu estendê-la também para além do que estava previsto. Perante a possibilidade das intervenções previstas não conseguirem responder à situação, Fisher Böel comprometeu-se a "encontrar boas soluções nos momentos necessários".

A comissária esclareceu que, apesar da subida de quotas aprovadas, a produção europeia não está a crescer e que a actual situação do mercado nada tem a ver com a decisão de terminar com o sistema de quotas leiteiras em 2015. A comissária recordou, neste contexto, que os Açores foram uma região que consistentemente tem reivindicado o aumento da sua quota, não se compreendendo que agora pudesse passar a defender exactamente o contrário. Paulo Casaca chamou a atenção para a diminuição do rendimento dos agricultores e para o facto das medidas adoptadas pela Comissão lhe parecerem insuficientes para fazer face à dimensão dos problemas que agora atravessam o sector.



Paulo Casaca chamou a atenção para a diminuição do rendimento dos agricultores

DEPUTADO ELOGIA MEDIDAS DO GOVERNO PORTUGUÊS

O plano para o investimento e o emprego apresentada pelo Governo de José Sócrates foi elogiada pelo vice-presidente do Parlamento Europeu Manuel dos Santos, que o considerou coerente com a iniciativa global europeia de combate à crise, mas introduzindo especificidades próprias correspondentes à situação portuguesa. O deputado referiu que o volume de recursos envolvidos neste projecto de luta contra a crise é significativo e só se tornou possível porque a margem de manobra alcançada com a consolidação orçamental dos últimos três anos o permitiu.

Para Manuel dos Santos, Portugal surge na linha da frente do combate à crise, o que demonstra que no plano económico e social as prioridades portuguesas estão totalmente alinhadas com as preocupações da União Europeia.

No entanto, o deputado lamenta que continuem a verificar-se por parte de outros Governos dos Estados-membros hesitações perigosas quanto à definição dos instrumentos de combate à crise e ao conjunto dos meios financeiros que lhe são alocados.

Manuel dos Santos reconhece que a dimensão da crise actual não é ainda conhecida em toda a sua extensão e que a complexidade das suas características e a natural tendência para, num espaço parcialmente integrado de 27 economias, privilegiar o interesse nacional, podem constituir um factor de dificuldade.



As medidas apresentadas pelo Governo para combater a crise só foram possíveis devido à consolidação orçamental, disse Manuel dos Santos

SEGURANÇA NOS PASSAPORTES VAI SER HARMONIZADA

As crianças com menos de 12 anos ficam isentas da obrigação de fornecer impressões digitais para os passaportes e serão harmonizados os parâmetros de segurança em todos os Estados-membros, de acordo com o entendimento alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a alteração de um Regulamento de 2004, que estabelece normas para os dispositivos de segurança e dados biométricos dos passaportes e documentos de viagem emitidos pelos Estados-membros.

O debate, que decorreu no plenário de Estrasburgo e contou com a intervenção do deputado Armando França, incidiu sobre a necessidade de adaptar as regras de utilização do passaporte electrónico, que em Portugal está em circulação desde Agosto de 2006 e obedece aos mais rigorosos padrões de segurança digital e física.

Com efeito, no quadro de projectos-piloto em alguns Estados-membros, verificou-se que as impressões digitais de menores de 6 anos não demonstravam qualidade suficiente para permitir a verificação da identidade com base numa comparação entre duas séries de impressões digitais. Sem contar já com o facto deste tipo de impressões digitais em pessoas tão jovens estarem sujeitas a alterações.



A necessidade de harmonização nos passaportes de todos os Estados-membros da União foi defendida por Armando França

Ao intervir, Armando França considerou que, depois de em Dezembro de 2004 ter sido adoptado o actual Regulamento com o objectivo de estabelecer normas de segurança reforçadas para os passaportes e documentos de viagem emitidos pelos Estados Unidos, existe agora necessidade de dar passos no sentido de combater o rapto e o tráfico de crianças.

Na sua opinião, a segurança dos pas-

saportes que agora é reforçada não se esgota na sua simples existência. "O passaporte, só por si, corresponde a um aumento do nível de segurança, que vai desde a apresentação dos documentos necessários à emissão de passaportes, seguido da recolha dos dados biométricos, até à verificação e conformação nos postos de controlo fronteiriços", disse.

O relatório sublinha a existência de uma grande diversidade de situações e procedimentos nos Estados-Membros no que se refere ao tipo de documentos de filiação e identificação a apresentar quando se requer a emissão de um passaporte, além desses documentos conterem habitualmente menos elementos

de segurança do que o passaporte electrónico, tornando-o mais permeável à falsificação e à contrafacção.

Assim, tal como referiu o deputado Armando França, verifica-se uma necessidade de harmonização, também reconhecida pelo Conselho, que vai fazer um levantamento para avaliar a actual situação e definir linhas de orientação comuns para todos os passaportes europeus.

Visto de Bruxelas

MAIS EUROPA PARA RESPONDER AOS DESAFIOS



Armando França
Deputado no PE

Alguns jornais europeus publicaram, no dia da posse de Barack Obama, um texto da autoria do famoso reverendo americano Jesse Jackson,

destacado activista dos direitos humanos e ex-candidato nas primárias do Partido Democrata dos Estados Unidos da América em 1984 e 1988.

O texto deste continuador da mensagem de Martin Luther King é um texto que merece ser lido e reflectido por várias razões. Uma delas, todavia e embora não pareça, diz respeito directamente aos europeus e tem justamente a ver com a renascida esperança dos americanos de que, com a eleição de Obama e as sinergias que dela podem resultar, os Estados Unidos da América possam recuperar a sua economia, atacar o grave problema da pobreza extrema que afecta cerca de 38 milhões de americanos e mais de 45 milhões que carecem de seguro de saúde e, bem assim, "restaure a sua reputação internacional".

A meu ver, isto significa que – como anuncia o próprio título do texto do reverendo, "Amanhece uma nova era para o mundo" – os americanos se preparam para reocupar a sua forte e dominante posição política e económica (porque militar não deixou de a ter), agora num contexto multipolar e de novos actores fortes internacionais, como são os casos da China, da Índia, do Brasil e da, por enquanto discreta, Rússia.

Ora, é neste cenário de fortes e emergentes blocos e de uma esperada recomposição dos Estados Unidos da América por um lado e, por outro, de uma profunda crise económica que, mais do que nunca, a Europa precisa de avançar muito e rapidamente no seu projecto político e de o reforçar, para poder enfrentar e superar os tremendos desafios que resultam da competição com os novos e renovados actores internacionais e da imperiosa necessidade de superação da crise.

Agora, mais do que nunca, o Tratado de Lisboa urge entrar em vigor, como sinal de união institucional europeia e de aumento de capacidade de resposta política. Mais do que nunca, chegou o momento de perceber, em definitivo, a importância da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego, bem como a necessidade de a reforçar, adaptando-a à emergência da crise. Mais do que nunca, chegou a hora de aprovar instrumentos legais europeus de regulação e de supervisão financeira. Chegou a hora de se avançar com uma política económica comum que defenda e fortaleça o espaço europeu e com uma política social comum que proteja o cidadão no trabalho, na doença, na educação e lhe dê as garantias e assegure os direitos fundamentais inscritos nas constituições dos Estados-membros e nos tratados da União.

A União Europeia tem absoluta necessidade, neste difícil momento histórico, de reagir em bloco, em estreita concertação e cooperação dos Estados-membros, com uma estratégia económica e social comum e não já com iniciativas singulares e dispersas. Os interesses dos 500 milhões de europeus serão assim muito melhor defendidos, bem como o seu (nosso) modelo social e projecto político.

Mais Europa política, mais regulação e supervisão, mais economia que potencie o crescimento, o emprego e a criação de riqueza, mais social que assegure adequadas políticas de redistribuição de riqueza e garanta a protecção do cidadão, são respostas necessárias frente à crise e ao projecto europeu em que, felizmente, Portugal está integrado.

Esta ideia tem norteado a actuação do Governo português nas instituições da União Europeia e, muito apropriada e atempadamente, está a orientar a sua prática governativa. Com efeito, algumas das suas mais recentes decisões, como a que garante que o Estado pague os salários de trabalhadores abrangidos por redução de horário de trabalho ou suspensão do contrato (lay-off) de empresas com viabilidade económica ou a que acaba com a possibilidade de caducidade do direito ao subsídio de desemprego decorrente da entrega tardia do requerimento, são a prova inequívoca da concretização, entre nós, da ideia de mais economia e mais social, para superar a crise e enfrentar os novos desafios.

PARLAMENTO APELA À PAZ NO CORNO DE ÁFRICA

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução, da qual foi co-autora a deputada Ana Gomes, que apela de forma veemente para o regresso à paz e à estabilidade no Corno de África, chamando particularmente a atenção para o conflito fronteiriço que decorre entre a Etiópia e a Eritreia e entre este país e o Djibuti.

De acordo com o Parlamento Europeu, o conflito nas fronteiras entre aqueles países está a afectar negativamente a paz e a segurança no Corno de África, tendo a situação na Somália sofrido um agravamento naquilo que é considerado "uma das piores crises humanitárias e de segurança a nível mundial". Por sua vez, a situação no Sudão constitui um

facto de enorme risco na região. Daí também que os deputados tenham defendido o envio de uma força de manutenção de estabilização para o Darfur para se juntar às forças da União Africana que já estão na região.

Para Ana Gomes, "o Conselho e a Comissão Europeia devem tirar consequências do facto de, como resulta da percepção do Parlamento Europeu, os governos dos países do Corno de África não estarem a agir em conformidade com as suas obrigações nos termos do artigo 9 do Acordo de Cotonu, respeitante a Direitos Humanos, democracia e boa Governança".

A resolução do Parlamento Europeu condena "os ataques cada vez

mais frequentes aos funcionários de organizações humanitárias nos últimos meses, que têm restringido gravemente as operações de auxílio e contribuíram para a degradação da situação humanitária da Somália". A violação dos Direitos Humanos na Somália inclui o rapto de duas freiras católicas italianas.

Ana Gomes apelou ainda ao empenhamento da Comissão e do Conselho juntamente com o Parlamento Europeu, no sentido de obterem a libertação imediata de Birtukan Mideksa, líder de um partido da oposição com assento parlamentar na Etiópia, que foi mais uma vez detida e agora sentenciada a prisão perpétua.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.delegptpe.eu Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos

Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da IS

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do PE

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Layout e Paginação Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 023

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

EUROSÍNTESE

CONFLITO DO GÁS

O deputado Joel Hasse Ferreira participou na reunião de urgência da Comissão Parlamentar conjunta União Europeia-Rússia para debater e encontrar uma solução para a interrupção do transporte de gás natural russo através dos gasodutos da Ucrânia. Hasse Ferreira considera "estrategicamente importante" o avanço dos projectos e da execução dos gasodutos "North Stream" ligando directamente a Rússia à Alemanha pelo mar Báltico, que poderá ter um papel relevante na garantia dos fornecimentos à Europa. Também a avançar está o projecto do "South Stream", oriundo da costa do Mar Negro e que, atravessando os Balcãs, estabelecerá as ligações à Áustria e à Europa Central. Com participação turca, está em desenvolvimento o projecto Nabucco, o qual está destinado a efectuar o transporte de energia da Ásia Central, do Cáucaso e do Médio Oriente para os Balcãs e Europa Central com ligações à Itália e à Grécia.

GESTÃO DAS PESCAS

O Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 13 de Janeiro, o Relatório sobre a Política Comum de Pescas e a abordagem ecossistémica da gestão das pescas, documento que contou com a extensiva colaboração do deputado Paulo Casaca na Comissão das Pescas. Seguindo o texto proposto por Paulo Casaca, o relatório considera que uma abordagem ecossistémica das pescas proporciona actualmente a melhor base para um sistema global de gestão e decisão que tenha em conta todas as partes interessadas e todos os elementos afectados, os seus requisitos e necessidades e também os efeitos futuros sobre o sistema e as suas interacções. As Regiões Ultraperiféricas são também consideradas no documento.

TAXAS AMBIENTAIS

Em consonância com vários deputados espanhóis, Emanuel Jardim Fernandes, voltou a instar os restantes membros da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu quanto à necessidade de grande cautela no actual processo de revisão da Directiva que permite aos Estados-membros instituir taxas cobradas através de uma portagem, com o objectivo de cobrir determinados custos externos, nomeadamente ambientais. A Comissão Europeia propõe alargar o âmbito de aplicação geográfica da Directiva, segundo a qual os Estados-membros deveriam respeitar os seus requisitos em todos os eixos rodoviários, quando cobram taxas para a utilização das infra-estruturas e custos externos.

A SITUAÇÃO DA CORTIÇA

A deputada Jamila Madeira participou num almoço-debate no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, sobre a situação da indústria da cortiça na União Europeia. A iniciativa pretendia valorizar o sector da cortiça como exemplo de produção na área da biodiversidade, bem como a necessidade de garantir a sua sustentabilidade. O evento foi promovido por várias organizações, entre as quais o Intergrupo do PE sobre caça, biodiversidade e actividades rurais. Participaram também no encontro, entre outros, o deputado Paulo Casaca, Gonçalves Ferreira, da Associação Florestal de Portugal-UNAC, Celiège Ferreira, da Confederação Europeia da Cortiça. Jamila Madeira tem acompanhado os problemas relacionados com o sector da cortiça, tendo apresentado no passado mês de Dezembro, numa Conferência sobre os Fundos Estruturais, a Rota da Cortiça em São Brás de Alportel, como um exemplo de melhores práticas na utilização dos Fundos Comunitários.

OBSERVAÇÃO ELEITORAL EM EL SALVADOR

O deputado Armando França integrou a missão de observação eleitoral do Parlamento Europeu que se deslocou a El Salvador entre 16 e 21 de Janeiro. Os observadores europeus mantiveram encontros com o actual Presidente da República, candidatos presidenciais e autárquicos, representantes do Tribunal Supremo Eleitoral e porta-vozes de organizações da sociedade civil. No domingo, dia 18 de Janeiro, a missão acompanhou o acto eleitoral e, no dia seguinte, apresentou as suas conclusões. Armando França foi o único membro português do Parlamento Europeu a participar na missão.

VALORIZAR A DIETA MEDITERRÂNICA

Capoulas Santos interveio, na plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, a favor da consagração da dieta mediterrânica como património imaterial da humanidade junto da UNESCO, candidatura promovida pelo governo espanhol, exaltando o seu inestimável valor cultural, económico e ecológico, bem como os benefícios cientificamente comprovados para a saúde do consumo regular de frutas, cereais, hortaliças, peixe e vinho em moderação.

PME TERÃO ACESSO MAIS FÁCIL AO MERCADO DA DEFESA

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre uma Directiva relativa ao mercado europeu de equipamentos de defesa que irá tornar mais fácil o acesso das pequenas e médias empresas aos contratos naquele domínio.

A Directiva, em cujo debate interveio o deputado Joel Hasse Ferreira, aplica-se aos contratos nos domínios da defesa e da segurança e permitirá que haja uma melhor coordenação na adjudicação na União Europeia de contratos em áreas como os serviços logísticos, transporte e armazenamento, podendo assim reduzir os custos nestes sectores e, também, o seu impacto ambiental, conforme salienta o relatório.

A Directiva é aplicável aos contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a 412 mil euros (sem IVA) para o fornecimento de serviços e pode ir até aos 5.150.000 de euros para os contratos de empreitadas de obras.

No domínio específico da segurança militar, a Directiva deverá ser aplicável aos contratos que tenham características semelhantes aos contratos no domínio da defesa e que sejam igualmente sensíveis. É o que pode acontecer em casos como aqueles em que as forças militares e as não militares cooperam no



A directiva sobre equipamentos de defesa terá um grande impacto na indústria e na investigação, disse Hasse Ferreira

cumprimento das mesmas missões ou em que a finalidade é proteger a União Europeia e os seus Estados-membros, que inclui também a protecção de fronteiras, actividades policiais e missões de gestão de crises.

Ao intervir, Joel Hasse Ferreira considerou que a Directiva abre a possibilidade de se avançar com maior impacto e profundidade no tecido industrial, através da criação de um verdadeiro mercado europeu nas indústrias de defesa. Segundo afirma, isso permitirá dar também um

importante contributo para o reforço da investigação, não só nas indústrias de defesa, mas também num vasto conjunto de indústrias europeias que utilizam o desenvolvimento tecnológico das indústrias de defesa.

"É importante - disse ainda - que se possa, com esta Directiva, garantir um avanço no quadro legal relativo aos contratos públicos nos domínios da defesa e segurança, avançando na construção do mercado interno e respeitando, obviamente, os interesses e os direitos dos Estados-Membros, especialmente no domínio da segurança e, nomeadamente, dos que fabricam armamento, munições, equipamentos de defesa e segurança, como, por exemplo, o meu próprio país".

No relatório aprovado, pode ler-se também que os processos no âmbito do mercado europeu de defesa "deverão reflectir a abordagem global da União Europeia em matéria de segurança, que, por sua vez, acompanha a evolução do enquadramento estratégico. Na verdade, a emergência de ameaças assimétricas e transnacionais levou a uma progressiva diluição da fronteira entre segurança externa e interna, militar e não militar".

DEPUTADOS QUEREM AVALIAÇÃO SOBRE TRANSPORTE DE ANIMAIS

O deputado Capoulas Santos interpelou a Comissão Europeia relativamente ao balanço económico da aplicação das regras sobre o transporte de animais nas regiões que são importadoras de bens alimentares, no debate suscitado pela Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu na sessão plenária de Estrasburgo.

A regulamentação sobre o transporte de animais,

que entrou em vigor há dois anos, suscitou muitos debates e polémica durante o longo processo que culminou com a aprovação da legislação comunitária que hoje vigora. O regulamento sobre o transporte de animais vivos para fins comerciais traduz-se em introduzir melhorias ao nível dos equipamentos, veículos e formação dos operadores, com o objectivo de garantir as condições apropriadas no manuseamento dos animais durante o transporte. Estas novas exigências, justificadas e proporcionais segundo Capoulas Santos, têm, porém, um impacto diferenciado em função das especificidades de cada região europeia, gerando problemas de distorção da concorrência e com um forte impacto ao nível do desenvolvimento rural. "Justifica-se plenamente que a Comissão forneça uma avaliação tão extensa quanto possível não só das questões de aplicação estrita do regulamento relativo ao transporte de animais, mas também das consequências económicas para as Regiões e Estados-membros deficitários na produção de algumas espécies relevantes para a alimentação humana", afirmou Capoulas Santos.



Capoulas Santos interpelou a Comissão sobre o impacto económico do transporte de animais

FSE VAI ADAPTAR-SE À SITUAÇÃO DE CRISE

A deputada Jamila Madeira foi designada relatora do parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento que altera o Fundo Social Europeu (FSE), de forma a adaptá-lo às consequências da actual crise financeira.

O objectivo da proposta é introduzir uma simplificação nas operações do FSE e adaptar este instrumento aos novos desafios que se colocam à União Europeia em consequência da crise financeira e económica.

O Fundo Social Europeu visa promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores, contribuindo assim para o objectivo da coesão económica e social na União.

No actual contexto de crise, é da maior importância que o FSE seja utilizado em todo o seu potencial para minimizar os problemas dos desempregados, mais vulneráveis à retracção económica.

A proposta não virá alterar o enfoque do regulamento do Fundo Social Europeu relativamente aos quatro domínios essenciais de acção autorizados pelo Conselho Europeu: aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas; melhorar o acesso ao emprego, evitar o desemprego, prolongar a vida activa e aumentar a participação no mercado laboral; reforçar a inclusão social através da promoção da integração no mercado laboral de pessoas desfavorecidas e do combate à discriminação; e promover parcerias para reformas nos domínios do emprego e da inclusão.

A proposta pretende alargar o financiamento de taxas forfaitárias aos custos directos, alargar o seu âmbito a escalas de unidades de custo normalizadas, e permitir a utilização de sistemas de pagamento de montantes fixos.



Jamila Madeira é relatora de um parecer sobre a adaptação do FSE